

“Meu mestre é o subalterno”: lições político-pedagógicas do Movimento Xingu Vivo para Sempre/Pará

Mariateresa Muraca*

Resumo

Este artigo resulta de uma pesquisa de pós-doutorado realizada na Universidade do Estado do Pará de 2021 a 2023 e financiada por uma bolsa “Jovem Talento” do PROCAD-Amazônia. A pesquisa adotou uma abordagem etnográfica colaborativa e multisituada. Após as necessárias contextualizações metodológica e histórico-social, o artigo analisa o Movimento Xingu Vivo para Sempre a partir de um dispositivo interpretativo quadrimensional, ou seja, considerando-o como sujeito político-pedagógico, contexto educativo, laboratório de decolonização dos saberes e espaço gerador de teorias. Na conclusão, as reflexões desenvolvidas ao longo do artigo são retomadas sinteticamente.

Palavras-chave: Movimento Xingu Vivo Para Sempre; Belo Monte; Pensamento Decolonial Latino-Americano.

“My teacher is the subaltern”: Political-pedagogical lessons from the Xingu Vivo para Sempre (Xingu Alive Forever) Movement/Pará

Abstract

This article results from a postdoctoral research project conducted at the State University of Pará between 2021 and 2023 and funded by a “Young Talent” scholarship from PROCAD-Amazônia. The research adopted a collaborative and multi-sited ethnographic approach. After the necessary methodological and historical-social contextualizations, the article analyzes the Xingu Vivo para Sempre Movement through a four-dimensional interpretative framework, considering it as a political-pedagogical subject, an educational context, a laboratory for the decolonization of knowledge, and a space for generating theories. In conclusion, the reflections developed throughout the article are synthetically revisited.

Keywords: Xingu Vivo Para Sempre Movement; Belo Monte; Latin American Decolonial Thinking.

“Mi maestro es el subalterno”: Lecciones político-pedagógicas del Movimiento Xingu Vivo para Sempre (Xingu Vivo para Siempre)/Pará

Resumen

Este artículo es el resultado de una investigación de posdoctorado realizada en la Universidad del Estado de Pará entre 2021 y 2023, financiada por una beca "Joven Talento" del PROCAD-Amazônia. La investigación adoptó un enfoque etnográfico colaborativo y multisituado. Después de las necesarias contextualizaciones metodológicas e histórico-sociales, el artículo analiza el Movimiento Xingu Vivo para Siempre a partir de un dispositivo interpretativo cuadrimensional, es decir, considerándolo como sujeto político-pedagógico, contexto educativo, laboratorio de decolonización de los saberes y espacio generador de teorías. En la conclusión, las reflexiones desarrolladas a lo largo del artículo se retoman sintéticamente.

Palabras clave: Movimiento Xingu Vivo Para Sempre; Belo Monte; Pensamiento Decolonial Latinoamericano.

* Doutora em Ciências da Educação e da Formação Contínua pela Università di Verona (UNIVR), Itália, em co-tutela com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora do Grupo de pesquisa Hodós – Educação crítica, processos político-pedagógicos e metodologias transformadoras. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3250-0988>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1031878280995937>. E-mail: muraca@ufpa.br.

INTRODUÇÃO¹

“My teacher is the subaltern” é a declaração de uma das maiores referências da perspectiva pós-colonial: Gayatri Chakravorty Spivak (2004). A autora retoma o conceito de “subalterno” de Antonio Gramsci. Nos escritos do pensador italiano, o termo, ressignificado a partir do âmbito militar, aparece tanto no singular, enquanto substantivo, como no plural, enquanto adjetivo referido a classes ou grupos. Nessa segunda e mais frequente acepção, indica um conjunto heterogêneo de grupos mais ou menos maduros do ponto de vista político, mas que têm em comum o fato de não serem hegemônicos. Assim, com essa expressão, Spivak aponta a necessidade de um compromisso direto e prático com os sem poder, no qual o próprio ato de ensinar se traduz, dialogicamente, na disposição laboriosa, constante e aberta para se deixar conscientizar pelo Outro e pela Outra.

Tal inspiração político-pedagógica atravessa estas páginas, que se originam da pesquisa intitulada “Promover a justiça social e epistêmica em áreas geopoliticamente complexas: uma pesquisa situada nas Epistemologias do Sul e no Pensamento decolonial”, que desenvolvi, de 2021 a 2023, na Universidade do Estado do Pará (UEPA), no âmbito do meu pós-doutorado, graças a uma bolsa “Jovem Talento” do PROCAD-Amazônia, com a supervisão da Profa. Dra. Ivanilde Apoluceno de Oliveira e do Prof. Dr. Reinaldo Matias Fleuri. A pesquisa objetivava aprofundar a dimensão educativa de experiências e práticas políticas, mobilizadas por movimentos sociais ativos em duas regiões do planeta complexas do ponto de vista geopolítico: a região do rio Xingu e o Mediterrâneo. Trata-se de duas regiões muito diferentes, sob vários aspectos, mas unidas pela experiência de opressão, resistência e luta, na qual segundo Walsh (2013) é possível a geração de pedagogias decoloniais.

Em particular, este artigo se detém na análise das lições político-pedagógicas promovidas pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre na região de Altamira, no Norte do estado do Pará. Minhas reflexões serão conduzidas com base no dispositivo interpretativo da relação entre movimentos sociais e educação, que elaborei em minha tese de doutorado (Muraca, 2015) e que considera quatro dimensões interdependentes. Assim, explorarei o Movimento Xingu Vivo para Sempre enquanto sujeito político-pedagógico, contexto educativo, laboratório de

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

decolonização de saberes e espaço gerador de teorias. Antes disso, apresentarei a metodologia adotada e o contexto social da pesquisa. Nas considerações finais, retomarei os pontos centrais de minha argumentação.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A Educação Popular, o Pensamento Decolonial Latino-americano e as Teorias e Práticas Feministas constituem as inspirações principais da investigação intitulada “Promover a justiça social e epistêmica em áreas geopoliticamente complexas: uma pesquisa situada nas Epistemologias do Sul e no Pensamento decolonial”, tanto do ponto de vista teórico quanto no que diz respeito ao delineamento dialógico dos caminhos metodológicos. Especificamente, a pesquisa, realizada de 2021 a 2023, adotou a abordagem metodológica da etnografia colaborativa (Lassiter, 2005) e multisituada (Marcus, 1995), já que – como foi antecipado – focou duas áreas do planeta significativamente distantes: a Amazônia paraense e o Mediterrâneo italiano. Contudo, a pandemia de Covid-19 teve um impacto importante na configuração do percurso investigativo, causando uma redução do tempo propriamente dedicado ao trabalho de campo e motivando uma reconsideração geral de suas modalidades. Dentre os principais efeitos dessa conjuntura, registro a utilização de instrumentos de coleta de dados diferentes nos dois lugares da pesquisa.

Em particular, para compreender as práticas político-pedagógicas dos movimentos ativos na região de Altamira – que constituem o tema central deste artigo – foram utilizadas a análise de documentação, as entrevistas narrativas e o diário de campo. De fevereiro a agosto de 2023, foram conduzidas nove entrevistas, sendo três realizadas em Belém e seis em Altamira. Com duração variável de 45 minutos a 2 horas, as entrevistas foram dirigidas a Antonia Melo, coordenadora do Movimento Xingu Vivo para Sempre; Josefa da Silva e Dion Monteiro, militantes do mesmo Movimento e do Conselho ribeirinho; Benedito Tavares, ex-integrante do Comitê Metropolitano Xingu Vivo; Marcos Mota, ex-integrante do Comitê Metropolitano Xingu Vivo e militante do Fórum da Amazônia Oriental; Maria Alacídia Mota e Antonio Francisco da Silva, militantes do Movimento de Atingidos por Barragens; Dimitra Queiroz, ex-militante do Movimento Xingu Vivo para Sempre e professora da Faculdade em Etnodiversidade (FACETNO) da Universidade Federal do Pará (UFPA) – campus de Altamira; Uwira Xakriabá, ativista, professor e coordenador do curso de Etnodesenvolvimento da FACETNO/UFPA. As pessoas

citadas são coautoras do conhecimento científico apresentado neste texto. Por meio do Termo de Consentimento Livre e Informado, assinado no momento da entrevista, foi negociada a renúncia ao anonimato, com o intuito justamente de visibilizar sua contribuição para a pesquisa.

As entrevistas visavam a emergência de um ponto de vista situado sobre os movimentos, bem como a compreensão da construção da subjetividade militante no desdobrar de suas lutas (Muraca, 2015). Os temas abordados incluíram a trajetória do movimento; o contexto que motivou seu surgimento; o percurso de militância em seu interior; alianças, desafios e perspectivas futuras; os sentidos da educação no movimento; as transformações geradas em nível pessoal e comunitário; as impressões sobre a entrevista. Os dados coletados por meio das entrevistas foram complementados pelo estudo da documentação produzida pelos e sobre os movimentos e pela escrita do diário de campo. A análise qualitativa dos dados foi realizada com base no dispositivo interpretativo já mencionado sobre a relação entre movimentos sociais e educação e constitui a base das argumentações que serão desenvolvidas nas próximas páginas. Vale explicitar que as entrevistas foram transcritas literalmente, em respeito ao estilo de cada entrevistada/o.

“SEMPRE OS PRESIDENTES QUE ENTRARAM NESTE PAÍS, O DESEJO DELES ERA BARRAR O XINGU”: CONTEXTUALIZAÇÕES HISTÓRICAS E SOCIAIS

O território atravessado pelo rio Xingu e mais especificamente a região de Altamira, com suas populações humanas, animais e vegetais, vivenciaram um processo de alteração profunda e violenta devido à construção da usina hidrelétrica Belo Monte. Trata-se da quarta maior usina do mundo, embora, por causa da irregularidade do rio Xingu nas diferentes estações do ano, não produza nem a metade de seu potencial. De acordo com os dados disponíveis no site do Movimento Xingu Vivo para Sempre (xinguvivo.org.br), cerca de 40 mil pessoas foram expulsas da beira do rio e das ilhas e recolocadas em casas pré-fabricadas de concreto, nos chamados Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), situados em áreas periféricas, desprovidas de serviços públicos e opções de geração de renda. Dona Maria Alacídia e seu Antonio, que moram em uma área de reassentamento, enfatizam a ruptura das relações de amizade e vizinhança com o consequente aumento do sentido de insegurança, juntamente à subversão do modo de vida ribeirinho.

Além disso, a duplicação da população da região, por causa da instalação permanente de migrantes atraídos pela possibilidade de emprego na obra, somado à falta de serviços de base, levou ao aumento da violência, até que em 2017 Altamira se tornou – de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – a cidade mais violenta do Brasil. Explodiram o crime organizado, o tráfico de droga, os feminicídios, os conflitos armados, a grilagem e a pistolagem. Dimitra, originária de Belém, relata sua impressão da cidade ao chegar pela primeira vez em Altamira do Rio de Janeiro, onde então morava:

As estradas eram piores e além de tudo os ônibus também eram piores, eu acho que eu nunca vou esquecer isso. E eu nunca tinha feito uma viagem de ônibus tão longa, que foi de 18 para 20 horas. E o ônibus veio cheio de homens, eu lembro que eu e minhas amigas, a gente era assim praticamente as únicas mulheres do ônibus e era muito nítido que a gente não era... da região [...]. Era um sentimento de hostilidade muito forte [...]. A cidade tinha uma poeira muito grande, dessa poeira da transamazônica, que é essa poeira vermelha [...]. E eu sentia isso, parecia que eu tinha chegado no fim de uma linha e no fim desta linha tinha uma cidade, uma cidade que ela tava inteira em obras. Nossa, muitos, muitos homens pelas ruas. Muitas obras assim. E isso tudo que falam, é tudo é verdade: os aluguéis eram um absurdo. Nesse ano era o ano de Copa no Rio [...] e os preços dos aluguéis aqui tavam semelhantes aos do Rio de Janeiro na Copa. Então as pessoas estavam se perguntando como viver (da entrevista com Dimitra Queiroz).

Hoje, o fluxo da Volta Grande do Xingu é desviado em até 80% para as turbinas da usina e a navegabilidade do rio é inviável em várias partes do chamado Trecho de Vazão Reduzida. O Xingu impactado pela Belo Monte tornou-se um rio sem peixes – o que tem privado os pescadores de sua fonte de sustento. A proliferação de mosquitos tem gerado um aumento sensível dos casos de malária. O desmatamento – especialmente nas terras indígenas localizadas na área de influência da hidrelétrica – alcançaram níveis recorde no ranking nacional. Finalmente, Belo Monte gerou um aumento de até três vezes nas emissões de gases-estufa na região da Volta Grande do Xingu, devido principalmente ao gás metano produzido pela decomposição da massa orgânica de restos de floresta inundados pelo reservatório da hidrelétrica (xinguvivo.org.br).

O projeto de construção da usina hidrelétrica Belo Monte remonta ao período da Ditadura Militar e, especificamente, à década de 70, quando se iniciaram os primeiros estudos. Desde o começo, as populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas e camponesas da região se

levantaram para questionar a utilidade social desta grande obra, que revelou subitamente seu caráter autoritário – como evidenciam as palavras de dona Antonia:

O governo da Ditadura Militar, quando construiu Tucuruí, ele passou os estudos aqui para o Xingu, para a construção de barragem no Xingu, com o nome de Kararaô, de complexo de Kararaô. Então os indígenas Kayapós perceberam, com a ajuda da Igreja católica aqui, Dom Erwin (Kräutler) era presidente do CIMI nacional, eles conseguiram saber que Kararaô iria inundar todas suas terras, até no Mato Grosso, do Pará ao Mato Grosso. Então eles protestaram, fizeram toda uma articulação com o Banco Mundial, com aquele cantor, Sting, e com o apoio da prelazia organizaram aqui, em 89, um encontro de “Povos indígenas e as barragens no rio Xingu”. Um encontro grande, de uma semana, e neste encontro o governo mandou seu representante, que foi muito rechaçado pelos povos indígenas, não aceitado de maneira nenhuma. Então Kararaô foi para a gaveta. Tem aquele episódio, que a indígena Tuíra pegou o facão – tem a foto ali – passou no rosto do representante do governo da época. Então Kararaô foi para a gaveta. Mas sempre os presidentes que entraram neste país, o desejo deles era barrar o Xingu (da entrevista com Antonia Melo).

O empreendimento conheceu um novo impulso no final da administração do Presidente Fernando Henrique Cardoso e, sobretudo, na primeira gestão do Presidente Luiz Inácio Lula, com o pedido, dirigido ao Congresso Nacional em 2005, de autorizar a retomada das análises preliminares. Dona Antonia conta que a eleição de Lula como presidente, em 2003, gerou muitas expectativas positivas nos movimentos sociais que tinham a certeza de que teriam o governo do seu lado, pois, há muito tempo, sabia-se que o projeto era inviável e teria impactos irreversíveis. Mas adiciona:

Nós nos enganamos, logo soubemos que Belo Monte, o complexo Belo Monte, seria o projeto prioridade do governo do PT [...]. Todas as licenças rapidamente foram dadas, tudo à revelia da lei, Belo Monte é um projeto [que se deu] na ilegalidade, que não cumpriu nada, a Lei de licenciamento ambiental, todas as licenças, não ouviu os povos, não teve consulta nenhuma. Então fecharam um projeto de ilegalidade [...]. Só para lhe dizer que tem vinte e seis, vinte e cinco ações do Ministério Público Federal contra Belo Monte, contra o governo (da entrevista com Antonia Melo).

O leilão, realizado em 2011, foi vencido pelo Consórcio Norte Energia e a primeira turbina foi acionada em 2016. Quando Belo Monte foi inaugurado pela presidenta Dilma Rousseff, “ela falou o seguinte: que Belo Monte era um grandioso projeto, um grandioso projeto de desenvolvimento e que agora quem quisesse investir na região, teria energia barata, enquanto que nós pagamos a energia mais cara deste país” (da entrevista com Antonia Melo).

Em 2008, em ocasião do Segundo Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, no qual participaram mais de 3.000 pessoas, foi fundado um movimento “em defesa do rio e dos povos” (da entrevista com Antonia Melo), chamado Movimento Xingu Vivo para Sempre. Era a primeira vez em que povos indígenas e movimentos sociais se uniam; de fato, a rede contava então cerca de 250 organizações diversas, que, em um primeiro momento, conseguiram derrotar o projeto Belo Monte, graças à mobilização e às pressões internacionais. O Movimento contava com o apoio do Comitê Metropolitano Xingu Vivo, formado por partidos de esquerda, sindicatos, associações e movimentos urbanos e localizado na capital do estado. O Comitê tinha uma função de interligação: por um lado, trazia para o campo a discussão amadurecida na capital, sede de órgãos administrativos e instituições, com o intuito de fomentar a participação da população local; por outro lado, sensibilizava os grupos políticos da cidade sobre a necessidade de incluir em sua pauta a luta por ambiente, território e direitos dos povos tradicionais.

Dion e Dito relatam que um episódio significativo foi a ida do Presidente Lula à Altamira, em 2010, para se reunir com os militantes do Partido dos Trabalhadores (PT), mas também de sindicatos rurais e movimentos de camponeses, pescadores, ribeirinhos e professores. Nessa reunião, o Presidente apresentou Belo Monte como um empreendimento de interesse nacional, promovido diretamente pelo governo, com o propósito de enfraquecer a oposição e cooptar as organizações mais próximas. De fato, esse acontecimento marcou o início da progressiva desarticulação do Movimento Xingu Vivo para Sempre, devido às profundas diferenças de visão com relação às estratégias que deveriam ser adotadas com o governo e a própria Norte Energia. Assim, as organizações da base do governo se retiraram e algumas passaram a apoiar Belo Monte, outras preferiram focar a reivindicação das condicionantes², outras ainda mantiveram e radicalizaram sua posição a partir da crítica ao modelo de desenvolvimento imposto na região. Por exemplo, Josefa da Silva enfatiza que o Movimento Xingu Vivo para Sempre nunca aceitou dinheiro procedente da obra de Belo Monte, o que determinou também certo isolamento e agudizou a perseguição.

Com a definitiva implantação de Belo Monte, em 2020, o Movimento passou a viver uma fase de refluxo, ligada à percepção do fracasso de sua luta e aos conflitos internos. Mesmo

² É importante esclarecer que as próprias condicionantes foram e continuam sendo fruto de lutas e de percursos extremamente dolorosos, imbuídos de medos, incertezas e esperas extenuantes – como enfatizaram particularmente Dona Maria Alacídia e seu Antonio.

com uma composição mais reduzida, todavia, continua a estar engajado em outras lutas sociais e ambientais. Atualmente, um dos principais problemas da região é representado pelo projeto de construção, na área diretamente afetada pela usina, da maior mina de ouro a céu aberto do Brasil por parte da empresa Belo Sun, subsidiária brasileira da Belo Sun Mining Corporation. Retomarei este tema mais adiante.

“SE O MOVIMENTO NÃO TIVESSE ACONTECIDO DESSA FORMA, O PROJETO DE BELO MONTE TERIA CAUSADO IMPACTOS AMBIENTAIS MUITO MAIORES”: O MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE COMO SUJEITO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

A primeira dimensão do dispositivo interpretativo da relação entre movimentos sociais e educação foca a função educativa dos movimentos no contexto político-sistêmico em que atuam, analisando a dinâmica de transformação social que promovem (Muraca, 2015). Diversos autores e autoras destacam o papel dos movimentos sociais como consciência crítica da sociedade e profetas de possibilidades utópicas para o futuro (Contini, 2009); voz de pessoas e situações sem voz (Sachs; Santarius, 2007); protagonistas da globalização humanista (Morin; Ciurana; Motta, 2004); promotores da esperança (Zibechi, 2008). Assim, a ação dos movimentos sociais, independentemente das formas concretas e variáveis em que se manifesta, busca superar a visão da realidade como algo estático, determinado e imutável, promovendo, em homens e mulheres, a transição do fatalismo para o compromisso (Freire, 1987). Essa primeira dimensão, então, traz perguntas como: qual papel o movimento desenvolve na sociedade? Com base em qual pauta, a partir de qual posicionamento e por meio de quais estratégias? Quais práticas adota para recriar a hegemonia? (Muraca, 2015).

No que diz respeito ao caso específico estudado neste artigo, as palavras das entrevistadas e dos entrevistados revelam a imprescindibilidade do trabalho realizado pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre, tanto na conscientização dos povos e das comunidades atingidos, que não foram informados, muito menos consultados; quanto no enfrentamento do projeto. Nesse propósito, Dion afirma: “a gente tem com muita segurança que se este Movimento não tivesse acontecido dessa forma, com todas estas ações, com toda esta visibilidade, o projeto de Belo Monte teria causado danos, impactos ambientais, muito maiores, expulsando muito mais pessoas” (da entrevista com Dion Monteiro).

Nesse percurso, a principal estratégia adotada pelo Movimento foi a busca da unidade na diversidade, que, de acordo com Freire (1987), é um aspecto importante da ação dialógica e libertadora. Dion afirma: “a grande tarefa, eu acho, do grupo que estava mais na frente era justamente esta: dar uma coesão a um coletivo tão diverso, tão diferente, com interesses diferentes, mas que precisava naquele momento ter um fio que os unisse” (da entrevista com Dion Monteiro). A articulação se deu em vários níveis. Por exemplo, motivou a organização interna refinada descrita novamente por Dion:

[Tinha] um grupo, que era o grupo que estava voltado mais para as questões do estudo de impacto ambiental, como pesquisadores, professores, que a gente dizia que era o grupo mais dos cientistas; outro grupo mais de comunicação, que eram os jornalistas, que faziam a divulgação no Brasil e fora do Brasil; um grupo jurídico que estava junto com o pessoal do Ministério Público Federal e o pessoal das organizações não governamentais que discutem direitos humanos, locais e do Brasil; e um quarto grupo que era o grupo do trabalho de base, um grupo que o Dito falou estava nas comunidades, que as comunidades todas elas sentiam, todas elas sabiam, mas que se não tivesse alguma pessoa ou alguma organização que dissessem: “olha, nós precisamos nos juntar para poder ficar mais fortes”, ficaria cada um reclamando no seu espaço (da entrevista com Dion Monteiro).

Como já mencionado, foi fundamental também a articulação entre campo e cidade, na qual se detém Marquinho:

A gente percebe que Belém tem um potencial político de repercutir o que tava acontecendo no Xingu, porque aqui são tomadas as decisões, aqui é a capital, aqui tá o poder do Estado. Então a gente resolve criar um movimento chamado Comitê Metropolitano Xingu Vivo, que junta mais de 150 organizações. Na minha opinião e nunca vi nada contrário, até hoje foi o maior movimento ambientalista da história do Pará. [...] O Comitê Metropolitano criado em Belém, foi algo que reuniu desde veganos, a narco-punk, a sindicalistas, a professores, skatistas (da entrevista com Marcos Mota).

Finalmente, todas as pessoas entrevistadas sublinham a importância da articulação em nível internacional. Marquinho relata:

Conseguimos organizar o dia mundial contra Belo Monte, que foi em 25 países. [...] Só para você ter uma ideia, a gente teve um blog, [...] que era o nosso blog aqui do Movimento, que a gente tinha, chegava a ter até 180.000 acessos por dia. Então virou uma grande referência na luta contra a hidrelétrica, contra o barramento dos rios e não só contra a hidrelétrica de Belo Monte, porque a partir desta articulação que a gente faz aqui, com o Movimento Xingu Vivo, a partir do que tava acontecendo em Rondônia, com o rio Madeira, com a construção das hidrelétricas em geral, em Santo Antônio, e as ameaças no Tapajós e Teles Pires com a construção de complexos hidroelétricos, a gente

consegue organizar um movimento interestadual, e hoje a gente vê que até internacional, [...] que agora é o Movimento dos Rios da Pan-Amazônia, que é algo que nasce a partir desta articulação entre o Tapajós, o Xingu, o Teles Pires e o Madeira. [...] Porque a gente entende que a Amazônia, a Amazônia não é um organismo separado. Tapajós não é um rio, ele é o rio que faz parte da Amazônia, então o que acontece no Tapajós afeta o Xingu. Então o território é a Amazônia, é um território em disputa e tem que ser defendido por todos, inclusive quem não está na Amazônia. Porque tudo o que acontece na Amazônia afeta o planeta. Então a gente também tem que ter a compreensão que a luta em defesa da Amazônia é a luta em defesa do planeta terra, da sobrevivência destas pessoas (da entrevista com Marcos Mota).

É interessante notar que a prática de unir para libertar (Freire, 1987), promovida pelo Movimento, contrasta com a prática de dividir para imperar, conduzida pelo governo, a empresa e também algumas ONGs. Dion e dona Antonia detalham as modalidades usadas para enfraquecer a resistência:

Em 2010, havia mais ou menos vinte aldeias, se somasse todas as etnias, ali na Volta Grande do Xingu, cinco anos depois já eram quarenta. [...] Eles faccionavam o povo, para que cada um ficasse com a sua aldeazinha e ficava muito mais fácil dialogar [por meio de] doações de carro, de voadeira para o barco, de alimentos industrializados, refrigerantes, estes alimentos para as crianças, como salgadinho, tudo isso passou a ser parte da dieta deles e antes não era (da entrevista com Dion Monteiro).

O governo dividiu os povos indígenas, através da Eletrobrás, com projetos de muito dinheiro para eles. Foi uma divisão terrível dos povos indígenas. Então ficou pouca gente nesta luta, com esta bandeira. Mas o governo sabia, era um movimento que veio da base, e eles sabiam que se tivesse continuado a luta do Movimento Xingu Vivo, em toda a bacia do rio Xingu, com os povos indígenas, com os ribeirinhos, com os agricultores e povos da cidade, eles não teriam colocado nem uma pedra em Belo Monte. Seria um movimento de 2.000 km de bacia do rio Xingu. E aí a estratégia foi investir em projetos financeiros para dividir e isso aconteceu (da entrevista com Antonia Melo).

As palavras dos entrevistados e das entrevistadas a esse respeito são particularmente lúcidas e duras: “se não fosse o governo daquele partido, daquele partido que tinha influência sobre os movimentos sociais acho que talvez [a obra] não tivesse saído. Se a gente tivesse outro governo com este povo do nosso lado, ela não tinha sido realizada” (da entrevista com Benedito Tavares). “Se tinha algum governo que seria capaz de construir Belo Monte [...] era o governo Lula, o governo de [...] conciliação de classe. Era um governo que pegou os melhores dos movimentos sociais e levou para dentro do governo, e fizeram um papel de fazer este processo de cooptação (da entrevista com Dion Monteiro).

Assim, Dito e Dion fazem referência a um fenômeno mais geral que caracterizou os governos do PT: isto é, o surgimento de uma nova elite política, oriunda das organizações populares e orgânica ao governo, com a consequente institucionalização das práticas e das reivindicações dos movimentos sociais (Quermes, 2012). A atuação conjunta entre governo e empresa gerou feridas, que permanecem abertas entre os movimentos da região até hoje, algo que pude perceber nitidamente em minha ida à Altamira. Mesmo nessa complexidade, todavia, o Movimento Xingu Vivo para Sempre soube encarnar e indicar um posicionamento marcado pela radicalidade – como bem esclarece Josefa:

Quando eu me aproximo dos movimentos – como te falei – era uma causa muito coletiva, tava todo mundo junto ali. [...] Quando a usina começa a operar, que vêm aqueles projetos [...] que quem apresentava um projeto para eles, eles aprovavam e entregavam um dinheiro. Então é aí que veio o rompimento dos movimentos sociais em Altamira, principalmente com o Xingu Vivo. Porque a dona Antonia sempre se opôs a não receber qualquer dinheiro que viesse da obra de Belo Monte. Então, o Movimento Xingu Vivo ficou quase que sozinho das outras organizações, mais radical. Então isso me fez identificar muito com o Movimento Xingu Vivo, esta resistência (da entrevista com Josefa da Silva).

“NÃO TEM COMO VOCÊ SAIR A MESMA PESSOA VIVENDO UM PROCESSO DESTE”: O MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE COMO CONTEXTO EDUCATIVO

A segunda dimensão do dispositivo interpretativo que estou propondo considera os movimentos sociais como contextos de aprendizagem, formulando perguntas como: de que forma, em quais modalidades e espaços, se dão os processos educativos no interior do movimento? Quais conhecimentos promovem? Que tipo de implicações geram na constituição das subjetividades dos seus integrantes? (Muraca, 2015). De acordo com Gohn (2011), os movimentos sociais promovem aprendizagens diversas: 1. práticas, como aprender a se unir, organizar, participar; 2. linguísticas, como aprender a decifrar temas e problemas, construindo uma linguagem comum através da qual ler o mundo; 3. simbólicas, como aprender a identificar e reformular as heterorrepresentações e produzir novas representações e autorrepresentações; 4. reflexivas, como aprender a refletir sobre a própria prática, gerando experiência; 5. éticas, como aprender valores como a partilha, a solidariedade, a escuta recíproca, a partir da convivência com outros e outras; 6. cognitivas e teóricas, como aprender conteúdos, conceitos, categorias de análise que permitam aprofundar a realidade; 7. político-técnicas, como aprender

a reconhecer os interlocutores na cena pública e a se relacionar com eles; 8. culturais, como criar uma identidade comum, valorizando ao mesmo tempo as diferenças internas.

Josefa confirma a leitura de Gohn, mostrando como essas diferentes aprendizagens muitas vezes são adquiridas de forma conjunta e imbricada. No trecho a seguir, por exemplo, ela se refere à complexidade de conhecimentos, competências e habilidades, que amadureceu através da participação no Movimento Xingu Vivo para Sempre:

Os movimentos sociais em nossa vida, ele nos ensinou a andar, porque quando nós chegamos aqui nós, acho que nem engatinhar a gente sabia direito e hoje em dia a gente consegue andar com nossas próprias pernas. Eu chegava aqui neste escritório, não sabia nem o que é um computador. Hoje em dia eu sei fazer ofício para os órgãos, falo diretamente com o IBAMA, com o Ministério Público, com a Defensoria, com todas as autoridades. Graças aos movimentos sociais, se não fosse por eles, eu não sei o que seria da gente (da entrevista com Josefa da Silva).

Maria Alacídia faz eco às palavras de Josefa, afirmando, a propósito do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), que integrou, por certo período, o Movimento Xingu Vivo para Sempre: “Para mim ele foi um professor na minha vida. Eu não sabia falar, tinha medo de falar ao público, tinha medo de falar com autoridade. Hoje eu enfrento, pode ser quem for, da minha linguagem normal eu falo. Eu não tenho medo de falar. Corro atrás. Então foi ali que eu aprendi. Pelo MAB” (da entrevista com Maria Alacídia Mota). Se considerarmos que a palavra é um atributo próprio do ser humano e que, de acordo com Freire (1987), comunicar constitui uma exigência fundamental, compreendemos melhor as palavras de Maria Alacídia. Elas evocam a quebra da “cultura do silêncio” (Freire, 1987), tradicionalmente imposta às classes populares, e a possibilidade de alcançar uma existência plena, assumindo o papel de sujeitos que fazem e refazem a história com o material que a vida lhes oferece (Freire, 1987).

De fato, os processos educativos promovidos pelos movimentos sociais incidem profundamente na formação da subjetividade e, ao mesmo tempo em que fomentam a transformação da sociedade, provocam a transformação das pessoas que deles fazem parte (Zamboni, 1996; Lutte, 2001), tanto é que Dito afirma “não tem como você sair a mesma pessoa vivendo um processo deste” (da entrevista com Benedito Tavares). Nos trechos a seguir, Josefa e Dimitra esclarecem que esse processo de mudança pessoal não é tanto ou somente

intelectual, mas está repleto de nuances afetivas, valoriais, relacionais; é entretecido de encontros, amizades e convivências (Lutte, 2001):

Os movimentos sociais eles têm assim um significado muito grande em nossas vidas, principalmente na minha, que o movimento social ele me resgata para que eu me volte aos meus princípios, à minha comunidade, a lutar por eles. Porque quando eu estava trabalhando na orla, quantas propostas de emprego dessa própria empresa recebi, mas só que o meu sangue, que ferve na minha veia, é de uma ribeirinha, é de comunidade. Então eu nunca vou trabalhar nisso. Nunca, vocês podem me oferecer o dinheiro que for, nunca vou trabalhar nisso. E assim eu fiz (da entrevista com Josefa da Silva).

A gente foi para Vitória do Xingu, nesta casa que inclusive foi a família que eu fiquei a primeira vez na casa, que é a família Tavares Kayapó. Eu nunca tinha ficado numa casa de uma ocupação, assim de uma ocupação em que as pessoas estavam indo para viver. Numa ocupação eu já tinha ficado e isso sim me trouxe um impacto muito, muito grande. Eu nunca tinha conhecido pessoas indígenas da Amazônia, por mais que eu fosse da Amazônia também, eu nunca tinha tido um contato tão próximo, nunca tinha ficado em uma casa de ocupação também. Eu acho que eu também nunca tinha tido que lidar com a fome desta forma tão próxima e tão eminente. E isso tudo me trouxe um impacto muito grande. E para além disso, eu também tive um contato de muito afeto com estas pessoas, que hoje, depois da pesquisa do mestrado, desta convivência de anos, porque já vai fazer 9 anos que eu convivo com essa família, eles meio que me adotaram também. E eu lembro que quando eu voltei para o Rio e para Belém, eu sentia muita saudade de voltar, eu sentia muita vontade de voltar para cá, era como se minha existência aqui fizesse mais sentido. Que é isso que eu sinto na verdade, até hoje. É como se nos outros lugares eu não tivesse assim, não sei... é como se eu não... eu lembro que quando eu tava no Rio me perguntava: sim, tá, eu vou terminar minha faculdade, possivelmente dar aula numa escola particular, porque concurso público aqui é muito concorrido e é difícil de passar também; e aí eu vou pagar alguma casa, algum aluguel em algum apartamento num bairro que seja de classe média, e é isso fim, né? E aqui eu sou inundada de muitas outras demandas, que fazem com que a minha existência tenha mais sentido (da entrevista com Dimitra Queiroz).

Todas as entrevistadas e os entrevistados enfatizam a centralidade do trabalho de base na formação da subjetividade militante. Em particular, Josefa menciona algumas práticas que o caracterizam no interior do Movimento Xingu Vivo para Sempre: “a gente faz encontros de formação, [...] muitas reuniões com as comunidades e, a partir dessas reuniões, a gente geralmente como encaminhamento se cria um documento de denúncia que a gente leva às instâncias que são responsáveis por isso (da entrevista com Josefa da Silva).

A conscientização recíproca e a dialogicidade são as grandes marcas do trabalho de base (Freire, 1987) no Movimento Xingu Vivo para Sempre, como argumenta Dito:

Eu compreendo que todo o processo que envolve pessoas, coletivos, pessoas diversas, de diversas origens, para mim assim, todo o processo que envolve isso, ele é um aprendizado em si, na verdade, não tem como você sair a mesma pessoa vivendo um processo deste. Eu pessoalmente posso dizer que eu aprendi muito. [...] Eu sempre militei em movimentos urbanos, movimentos dos trabalhadores, movimento estudantil, greves, mobilizações, mas muito voltado para este público que a gente tem aqui, mais urbano e não tinha muita proximidade com este movimento [...] do campo. [...] A gente às vezes milita em vários movimentos, mas quando a gente está dentro de um ambiente, a gente não consegue compreender para fora. [...] Foi dentro do Xingu, dentro deste Movimento que eu de fato comecei a ter contato com estas pessoas: com os indígenas, com os ribeirinhos, com os catadores, com o pessoal que estava, os valeiros, os barqueiros, tinham vários movimentos aliados. Ou seja, um processo educativo muito grande porque você tem um choque cultural, sabe? Aprende com as pessoas: não tem como você ir para lá, para Altamira, visitar as comunidades tradicionais, visitar as comunidades ribeirinhas e sair a mesma pessoa de lá. Eu digo assim, que foi um ganho muito fundamental tanto na minha formação política, como social, como ser humano mesmo. Foi um ganho fantástico poder ter participado deste movimento e muito, a gente se envolveu mesmo. A gente vivia isso, vivia, dormia, pensava nisso o dia todo, a gente foi muito orgânico. [...] Todo mundo ali ensinou muita coisa para muita gente. Então acho que o processo de educação, ele é fundamental. Na verdade, ele transita, ele é parte integrante disso ali, senão os movimentos não teriam razão de existir, se não fosse para que a gente aprendesse, educasse as pessoas a lutar para seus direitos, a defender a sua dignidade que também tem a ver com isso. [...] As próprias [...] reuniões [que a gente fazia...] eram pedagógicas, que sempre começavam com [...] a mística! A cantoria, a cultura envolvida, é uma coisa muito interessante, fundamental (da entrevista com Benedito Tavares).

É importante, contudo, não idealizar o movimento, que em alguma medida sempre reflete as contradições do sistema em que está inserido, como pontua Dimitra:

É como se as demandas das grandes ONGs fossem mobilizar as demandas das ONGs regionais. E isso foi uma coisa que começou a me incomodar, porque [...] era como se a gente cumprisse mais as demandas dos editais, que a gente concorria, que eles serviam para financiar nosso trabalho social, mas acabava que as comunidades onde a gente tava, as nossas demandas, que a gente trazia do Movimento, que era representante das demandas dos editais, eram conflitantes com as demandas da comunidade. Então o trabalho perdia força (da entrevista com Dimitra Queiroz).

Essas palavras são extremamente relevantes em uma ótica político-pedagógica. Elas descrevem o Movimento Xingú Vivo para Sempre como um sujeito coletivo complexo, internamente plural e sempre inacabado (Freire, 1987), isto é, em um processo de constante transformação, para o qual muito pode contribuir o incômodo mencionado por Dimitra, que

contrasta o conformismo, a obediência e a inércia próprios do trabalho exclusivamente técnico e burocrático.

“ELES NÃO QUERIAM O NOME DE GUERRA DELES EM UM PROJETO DE MORTE”: O MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE COMO LABORATÓRIO DE DECOLONIZAÇÃO DOS SABERES

A terceira dimensão do dispositivo interpretativo da relação entre movimentos sociais e educação observa os movimentos como laboratórios de decolonização dos saberes, ativando as seguintes perguntas: o movimento reconhece os padrões de poder coloniais e raciais? Como se posiciona diante das manifestações da colonialidade (Quijano, 2000) que atravessam as diversas esferas da existência (Walsh, 2002)? De que forma desconstrói o silenciamento epistêmico e a negação ontológica (Maldonado-Torres, 2007) produzidos pela colonialidade do saber (Lander, 2000), valorizando saberes orais, encarnados, comunitários, locais e populares?

Essa terceira dimensão toca uma questão central da atuação do Movimento Xingu Vivo para Sempre, primeiramente devido à violência que caracterizou a imposição da construção de Belo Monte e à conotação colonial do discurso que a legitimou – como explica Dito:

Altamira é uma região bastante conflituosa, tem um histórico de conflito armado mesmo, de assassinatos mesmo de lideranças políticas e de movimentos sociais, tinha um histórico e assim [...] os projetos, eles não vão só, [...] eles vão vendendo uma coisa meio bonitinha. Então. Por uma região no meio do Pará, lá fora do centro dos holofotes, que historicamente foi esquecida, socialmente falando, e chega alguém que te propõe que você vai se desenvolver [...]. A empresa tinha uma atuação muito forte, junto aos empresários locais, junto ao meio político, junto à sociedade em si, fazia uma propaganda extensiva, comprava mesmo as pessoas, seja através da propaganda, seja através de patrocínio de eventos, enfim. [...] E isso gerava, era nítido isso, um conflito entre uma parte da população local que via Belo Monte como uma saída para o desenvolvimento econômico, né, pensando na questão econômica, e uma parte da população que tava sendo prejudicada e queria lutar, mas também se via no meio deste processo. E a gente chegando de lá fora, não sendo da região, era super malvisto. [...] Eles sabiam que a gente não era de lá e ficavam tipo instigando: “ah, estes forasteiros, este pessoal que vem de fora e tal, querem mandar aqui, querem dizer o que tem que fazer”. Ou seja, instigavam a revolta da população contra nós (da entrevista com Benedito Tavares).

O pluralismo e o enraizamento cultural desempenharam um papel importante para enfrentar tudo isso. A esse respeito, as entrevistadas e os entrevistados sublinham o protagonismo dos povos indígenas no Movimento, que obteve como primeiro efeito a mudança

do nome inicialmente atribuído à obra – como explicam Dion e dona Antonia: “se chamava Kararaô, depois eles mudaram, porque viram que isso seria uma afronta muito grande a esses povos indígenas” (da entrevista com Dion Monteiro); “porque Kararaô [...] é um nome de guerra dos povos, dos Kayapós, e eles disseram que eles não queriam o nome de guerra deles em um projeto de morte” (da entrevista de Antonia Melo). É interessante notar que também os povos indígenas de outras partes do Brasil e do mundo se somaram a essa luta, o que, de acordo com Marquinho:

Foi super-importante, porque é esta solidariedade que mantém ali na luta, que mantém os povos indígenas vivos, porque só os povos indígenas daquela região do Xingu não dariam conta de fazer o enfrentamento que foi feito. Eles são poucos, são poucos, porque foram exterminados em outros processos, foram exterminados muito violentamente (da entrevista com Marcos Mota).

Dito se detém em uma experiência significativa:

Um exemplo bem legal são os Mundurucus, o povo Mundurucus do Tapajós, do Alto Tapajós, quase na fronteira com o Mato Grosso. [...] Quando nós começamos este processo na luta contra Belo Monte, também já se discutia a possibilidade de construir as hidrelétricas no Tapajós. Então nós tivemos a iniciativa de convidar os Mundurucus para ir lá no Xingu, participar em todo o processo [...] e isso foi de uma importância pedagógica para os Mundurucus tão grande, porque eles voltaram lá e fizeram uma grande assembleia e disseram: “olha, a gente viu o que eles estão fazendo lá no Xingu, a gente não vai deixar eles fazer aqui no Tapajós”. E eles impediram a hidrelétrica de São Luís do Tapajós, que era uma das que estavam mais avançadas. Claro, teve outros fatores também, porque daí o governo Dilma foi se fragilizando por conta de todo o processo que se deu, até o impeachment e tal. Mas eles fizeram toda a luta de resistência desde o início, não se deixaram cooptar como alguns grupos indígenas do Xingu deixaram, algumas lideranças se deixaram (da entrevista com Benedito Tavares).

Esse processo de participação levou inclusive à formação de lideranças ativas na política institucional, dentre as quais Dito cita Sonia Guajajara, atual Ministra dos Povos Indígenas. Do ponto de vista decolonial, é importante ressaltar o questionamento por parte do Movimento Xingu Vivo para Sempre das dicotomias coloniais – tradição/progresso, subsistência/lucro, subdesenvolvimento/desenvolvimento, atraso/inovação – ativadas discursivamente para justificar o empreendimento (Muraca, 2015). No trecho a seguir, Josefa se detém no ato político da pescaria, mostrando a importância de elaborar representações e

autorrepresentações autônomas e divergentes da narração egemômica do poder governamental-empresarial:

A pescaria, se não me engano, ela aconteceu de 2010 para 2011. Foi quando eu reencontro com um grupo aqui do Xingu Vivo, nesse tempo eu não estava com eles, eu estava trabalhando aqui na lanchonete. E daí eles queriam fazer uma pescaria, de enfrentamento, mesmo, resistência a Belo Monte, para dizer que as comunidades não precisavam de Belo Monte porque elas são autossustentáveis, elas se autossustentam. E aí, nessa pescaria, eu tava trabalhando na lanchonete e aí eu ouvi eles falando sobre isso e eu falei: “eu posso ajudar, porque eu conheço muitos pescadores. Então eu fui com algumas pessoas que antes não estavam no Xingu Vivo, estavam em toda aquela massa de movimentos. Daí eu fui, fui fazer esta mobilização. E essa mobilização se deu no período de defeso, que é quando todo o pescador é proibido de pescar, se ele vai para o rio, ele pega multa. Então a gente fez esta mobilização e nós fomos para a beira do rio mobilizando e os pescadores trouxeram peixe. E a gente levou ali para a beira do cais, na época funcionava a Eletronorte ali e aí os pescadores assavam peixe, cozinhavam, fritavam e convidou toda a população de Altamira para comer lá. Era muito peixe. Então isso nunca saiu da minha mente, essa mobilização que nós fizemos. [...] Muito simbólica. [...] Os pescadores deram] comida para toda cidade. [...] Porque eles chamam a gente de preguiçosos, de que a gente não faz nada, só sabe estar na beira do rio, pega o peixe para comer e se embalar. É só isso que eles falam da gente e a gente quer mostrar que não, que é diferente. E eles sabem que nós somos assim (da entrevista com Josefa da Silva).

“A GENTE DEFENDE A AMAZÔNIA EM PÉ”: O MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE COMO ESPAÇO GERADOR DE TEORIAS

A quarta e última dimensão do dispositivo interpretativo empregado parte do pressuposto de que nos movimentos sociais o pensamento se origina da ação e da necessidade de problematizar, compreender e transformar as situações concretas vivenciadas pelos sujeitos e as comunidades envolvidas (Espinosa *et al.*, 2013). Portanto, mobiliza perguntas sobre a dinâmica entre ação e reflexão, os processos de elaboração de ideias e concepções, a existência de percursos de pesquisa e auto-pesquisa coletivas no interior do movimento, analisando-o como um espaço gerador de teorias.

Implicitamente, já fiz referência a essa dimensão em vários pontos ao longo do texto. Nesta seção, pretendo me aprofundar em uma questão essencial, assim sintetizada por Dion: “neste presente conflitivo como podemos pensar mecanismos, estruturas, propostas, que garantam, um pouco mais pelo menos, porque a harmonia plena vai ser impossível, mas que garantam um pouco mais esta existência entre a sociedade e o ambiente onde ela tá inserida?”

(da entrevista com Dion Monteiro). Em outros termos, pretendo me aprofundar na crítica ao modelo desenvolvimentista e na criação de alternativas, que constitui a principal contribuição teórica do Movimento Xingu Vivo para Sempre. Trata-se também da principal aposta política do Movimento, como mostra também o fato de que continuou a atuar mesmo depois da construção de Belo Monte, embora com uma composição mais reduzida. Esse posicionamento está alimentado, mais uma vez, pela articulação horizontal, inclusive em ótica internacional, de sujeitos e ações coletivas não identificados com o ponto de vista do poder – como sintetiza eficazmente Marquinho: “O capital faz o acordo em cima, a gente faz o acordo aqui embaixo” (da entrevista com Marcos Mota).

Em termos concretos – como já mencionado – a prioridade hoje é barrar o projeto de morte de Belo Sun que os entrevistados descrevem como algo que já estava:

No pacote da barragem. Quando se propôs de construir a primeira vez Belo Monte, eles iriam alagar toda a área da Volta Grande do Xingu. Quando perceberam o potencial de ouro que tinha ali, que são 50.000 toneladas de ouro aproximadamente, mudaram o projeto e cortaram a Volta Grande, para ao invés de alagar, de encher de água, secar. Então esta área que ficou seca, ficou disponível para a mineração, então a mineradora já tinha sido pensada antes mesmo deles fazerem o pedido de mineração ali na área. Já tava no pacote, quando eu falo tava no pacote é isso, que não foi por acaso: ah, nós estamos preocupados, vamos diminuir a quantidade de área alagada, não. Vamos secar esta área que é para poder instalar uma mineradora de ouro aqui. [...] Nada é ao acaso ali no Xingu, né? (da entrevista com Marcos Mota).

Josefa constata o mesmo que Marquinho, argumentando a subversão dos modos de vida tradicionais provocada pelo empreendimento:

Depois de Belo Monte começou ali naquela região muitas balsas, muitas balsas de garimpo, coisa que não se via antes e muitas delas pelos próprios indígenas e aí a gente fica pensando o que que ocasionou isso? Por que eles sempre souberam que ali tinha ouro. Então o que é isso? É a falta de recurso? Por que antes eles tinham a pesca, viviam do cari, pegavam um cari para vender, um peixe para vender, de suas roças, eles viviam de tudo isso. E aí o que levou eles a começar esta nova exploração dos recursos que tem dentro da terra? (da entrevista com Josefa da Silva).

É importante sublinhar que é a radicalidade a cifra da perspectiva assumida pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre a esse respeito, com relação não só ao problema específico da mineração, mas, em uma ótica mais ampla, ao atual modelo desenvolvimentista, como explicita Marquinho:

Nosso trabalho é impedir a construção da mina. As comunidades [...] já foram atingidas por Belo Monte, já perderam muita parte de suas vidas e não querem uma mina, porque sabem o risco que isso representa. [...] A gente defende a Amazônia. A gente é contra a mineração, é contra o petróleo, é contra hidrelétricas. Aqui na Amazônia, a gente defende a Amazônia em pé, sendo gerida pelas populações que aqui vivem. A gente é contra a soja, é contra o agronegócio, é contra o gado na Amazônia, contra a cana de açúcar na Amazônia, a gente não aceita isso. [...] Porque] como é que se dá o processo da mineração? É sempre violento, é sempre criminoso. Porque os caras têm muita grana, tô falando de 50.000 toneladas de ouro, é muito dinheiro. Então os caras já chegam passando para cima de todos, dizendo que compraram a terra, mesmo não podendo comprar, porque é terra indígena, é terra da União. Já chega com documentos fraudados, você tem a convivência de boa parte dos órgãos do governo, porque têm interesse financeiro, porque todo este grupo que tem o poder econômico vai ganhar, mesmo que saia em detrimento da população indígena, da população extrativista, da população quilombola que tá ali na região. Então é sempre violento. Não existe processo de grande projeto na Amazônia que não fira os direitos humanos ou os direitos socioambientais das comunidades, nenhum! Todo projeto que a gente já viu implantado até hoje é criminoso, todo o projeto que a gente já viu traz violência, traz droga, traz prostituição, traz desterritorialização destas populações, traz expulsão, traz desmatamento, então é um processo violento. A gente tem acompanhado a Belo Sun, desde ela que sinalizou ali e o que a gente viu é que hoje as pessoas que se opõem à Belo Sun estão sendo ameaçadas de morte [...]. O ouro é crime! Na história da humanidade, aonde tem ouro tem violência, pode olhar, qualquer país do mundo, qualquer pedaço do mundo onde tem ouro que você olhar, tem sempre um escravagista, tem sempre um assassino, para matar as populações locais e extrair ouro, então é isso que a gente não quer. Basta de violência no Xingu, chega! O Xingu já matou muita gente, não o Xingu, mas ali foram mortas muitas pessoas, sabe? Pelo capital, pela ganância, pelo ouro, pela barragem, pela madeira, pelo gado e continuam matando e isso que a gente não quer mais, já chega! (da entrevista com Marcos Mota).

O pressuposto simbólico desta radicalidade é o reconhecimento da impossibilidade de avaliar riquezas como a água, a floresta, os animais, os laços comunitários e os modos de vida, a partir de critérios econômicos e, portanto, da insuficiência de qualquer indenização. Trata-se de uma visão que emergiu sobretudo nas entrevistas com as mulheres e que eu senti apresentada com particular intensidade por dona Maria Alacídia, indígena e ribeirinha que assim se expressa em um dos vários trechos significativos de sua entrevista:

Eu cheguei aqui em 76, eu tinha um mês de idade. Então eu me criei aqui [...]. E eu fui criada ali, na beira do rio, até os meus doze, treze anos [...]. E quando você vê acabar, meu Deus é pior do que um câncer [...]. E você conhecia a natureza que você conhece desde pequeno, conhecia as árvores, conhecia a natureza, conhecia a mata, tudo! Meu Deus, ela pede socorro. Olha para a gente pedindo socorro. E as pessoas não entendem isso. O pessoal de fora acha bonito, tudo bem. Mas nós, minha filha, nós é a nossa vida, é a nossa

água, nossa floresta, é nossa vida. [...] Lá onde nós estávamos no barco tava fedendo, fedendo a peixe podre [...]. Eu falei para ele: “está sentindo o fedor da destruição? Da dor?”. É horrível. Eu falo assim: eu vou bater palma para isso aqui? Não bato não. Não bato. Sabe por quê? Porque destruiu. E não é nem para nós. Se pelo menos ficasse um pouco para nós, tudo bem, mas não é. Quando você ia para lá, você via cachoeira, via correnteza, o remoinho, a água batia nas pedras, levantava, aquela coisa linda. No dia que nós estava indo para lá, eu falei para o rapaz do barco, eu falei assim [...]: “nós já passemos da cachoeira, da Garganta do Diabo?”. E daí ele: “nós tamos em cima dela”. Parada. Morta. Aonde era revolucionária a água (da entrevista com Maria Alacídia Mota).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo é fruto da pesquisa de pós-doutorado que desenvolvi, de 2021 a 2023, na UEPA. Seu o foco é o Movimento Xingu Vivo para Sempre, ativo desde 2008 na região de Altamira, no combate aos grandes projetos e ao modelo desenvolvimentista. Depois das contextualizações metodológicas e histórico-sociais, as argumentações se basearam em um dispositivo interpretativo, que analisa os movimentos sociais sob quatro dimensões interdependentes, que se sobrepõem, se entrelaçam e se reforçam reciprocamente, mas que é útil considerar separadamente, justamente para evidenciar a relevância educativa dos movimentos sociais (Muraca, 2015).

Em relação à primeira dimensão, evidenciamos³ dois aspectos que caracterizam e continuam caracterizando a atuação político-pedagógica do Movimento Xingu Vivo para Sempre: a atividade de conscientização das comunidades atingidas e o enfrentamento à obra de Belo Monte. Então, nos detivemos na busca da unidade na diversidade como uma das principais estratégias adotadas pelo Movimento, tanto internamente, quanto no diálogo com organizações de outros lugares do Pará, do Brasil e do mundo, sustentando seu caráter alternativo à estratégia de dividir para imperar usada pelo poder governamental-empresarial.

Em relação à segunda dimensão, trouxemos à tona a complexidade das aprendizagens amadurecidas graças à participação no Movimento Xingu Vivo para Sempre, enfatizando sua incidência na formação da subjetividade militante, em um processo em que transformação de si e transformação do mundo estão conectadas. Em seguida, descrevemos os

³ No decorrer do texto, utilizei a primeira pessoa do singular para evidenciar a parcialidade do meu ponto de vista – primeiro passo, de acordo com o feminismo, da necessária assunção da responsabilidade na elaboração do conhecimento científico. Contudo, por reconhecer os sujeitos da pesquisa como coautoras e coautores das reflexões que estou retomando de forma sintética, passo a adotar nestas considerações finais a primeira pessoa do plural.

espaços e as modalidades em que se dão os processos educativos no interior do Movimento, identificando a conscientização recíproca, a afetividade e a dialogicidade como suas características precípuas. Finalmente, apontamos algumas contradições que qualificam o Movimento como um sujeito coletivo internamente plural e sempre inacabado.

Em relação à terceira dimensão, mostramos a relevância decolonial da luta do Movimento Xingu Vivo para Sempre em contraposição à violência que caracterizou a imposição de Belo Monte e à conotação colonial do discurso que a legitimou. Nesse quadro, sustentamos o protagonismo dos povos indígenas e dos demais povos tradicionais, além de seu claro posicionamento político de contraste à obra. O propósito foi mostrar a importância da desconstrução das representações e autorrepresentações dominantes e da elaboração de representações e autorrepresentações outras, não impregnadas pela lógica moderno-colonial.

Em relação à quarta dimensão, exploramos a crítica ao modelo desenvolvimentista e a criação de alternativas como principal contribuição teórica do Movimento Xingu Vivo para Sempre, discutindo suas implicações na luta contra o projeto de mineração promovido pela Belo Sun. Enfatizamos a radicalidade como cifra desse posicionamento, argumentando que seu pressuposto fundamental reside na afirmação da impossibilidade de avaliar riquezas como a água, a floresta, os animais, os laços comunitários e os modos de vida, a partir de critérios econômicos.

Como pesquisadora, espero ter conseguido transmitir um pouco da dor, da raiva e da emoção que me tocaram, ao ouvir as palavras das pessoas que entrevistei, cujas vidas foram violentadas por Belo Monte. Sobre tudo, meu desejo é que o esforço de sistematização que percorre estas páginas possa fortalecer não somente o Movimento Xingu Vivo para Sempre, mas todos os movimentos que, em cada ângulo do mundo, incansavelmente lutam para que seja possível o *bom com-viver*.

REFERÊNCIAS

- CONTINI, Mariagrazia. **Elogio dello scarto e della resistenza**. Bologna: CLUEB, 2009.
- ESPINOSA, Yuderlys Miñoso et al. Reflexiones pedagógicas en torno al feminismo decolonial: Una conversa en cuatro voces, In: WALSH, Catherine (org). **Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. TOMO IV. Quito: Abya Yala, 2013, p. 403-442.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOHN, Maria G. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. 2011. Trabalho encomendado pelo grupo Educação e Movimentos Sociais (33ª Reunião Anual da Anped), Caxambu, 2011.

LASSITER, Luke. **The Chicago Guide to Collaborative Ethnography**. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

LUTTE, Gérard. **Principesse e sognatori nelle strade in Guatemala**. Roma: Kappa, 2001.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GOMES, Santiago; GROSGOUEL, Ramon (orgs). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre-Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos-Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, p. 127-168.

MARCUS, George. **The ethnography in/of the world system: the emergence of the multi-sited ethnography**. In: Annual review of anthropology, vol. 24, 1995.

MORIN, Edgar; CIURANA, Émilio Roger; MOTTA, Domingo Raúl. **Educare per l'era planetaria**. Roma: Armando, 2004.

MURACA, Mariateresa. **Práticas pedagógicas populares, feministas e decoloniais do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina**. Uma etnografia colaborativa. 2015. 474 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

QUERMES, Paulo A. Democracia participativa e schizofrenia política in Brasil: il sociale contro il sociale. In: CASELLA, Anna Paltrinieri (org). **Incontri transatlantici**. Il Brasile negli studi dell'antropologia italiana. Aprilia (Latina): Novalogos, 2012, p. 279-296.

SACHS, Wolfgang; SANTARIUS, Tilman. **Per un futuro equo**. Milano: Feltrinelli, 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Righting Wrongs**. In: The South Atlantic Quarterly. Durham, vol. 103, n. 2-3, 2024.

WALSH, Catherine. Introducción. Lo pedagógico y lo decolonial: Entretejiendo caminos. In: WALSH, Catherine (org). **Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. TOMO I. Quito: Abya Yala, 2013, p. 23-68.

ZAMBONI, Chiara. Il materialismo dell'anima. In: DIOTIMA. **La sapienza di partire da sé**. Napoli: Liguori, 1996, p. 155-170.

ZIBECHI, Raúl. Introdução: I movimenti sociali latinoamericani. In: ZANCHETTA, Aldo (org). **America Latina**. L'avanzata de los de abajo. Massari-Fondazione Neno Zanchetta: Lucca, 2008, p. 12-17.

Recebido em: *Abril/2025*.

Aprovado em: *Outubro/2025*.